

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 31 de outubro de 2024 às 08h09*  
*Seleção de Notícias*

## BOL - Notícias | BR

Pirataria | Biopirataria

Negociações estagnadas na reta final da COP16 da biodiversidade .....	3
<small>NOTÍCIAS   10   31</small>	

## UOL Notícias | BR

30 de outubro de 2024 | Direitos Autorais

Editoras entram com recurso para tomar hino do Corinthians na Justiça .....	5
<small>BLOGS E COLUNAS</small>	

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

E o autor, vai para o beleléu? .....	6
--------------------------------------	---

## Jornal do Dia Online | AP

30 de outubro de 2024 | Pirataria | Biopirataria

Na COP16, Marina Silva defende fundo para remunerar povos tradicionais .....	9
--	---

## Migalhas | BR

30 de outubro de 2024 | Direitos Autorais

Tim Maia, moda e referências .....	11
<small>PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA</small>	

30 de outubro de 2024 | Direitos Autorais

MIGALHAS nº 5.969 .....	15
<small>MIGALHAS</small>	

30 de outubro de 2024 | Inovação

Aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agronegócio .....	22
<small>JOÃO GRANDINO RODAS</small>	

30 de outubro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Juiz anula marca Xantyplus por semelhança com Xantinon .....	25
<small>MIGALHAS</small>	

30 de outubro de 2024 | Pirataria

A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial .....	26
---	----

# Negociações estagnadas na reta final da COP16 da biodiversidade

## NOTÍCIAS

A apenas dois dias do encerramento das negociações na Colômbia sobre como interromper a destruição da natureza na 16ª Conferência das Partes (COP16) da Convenção sobre **Diversidade** Biológica (CDB), os delegados chegaram a impasse na questão do financiamento.

As disputas entre países ricos e nações em desenvolvimento provocara tensão em um ambiente que há poucos dias era de entusiasmo na maior conferência sobre biodiversidade já organizada, com números recordes de participação, em um clima festivo na cidade de Cali.

Desde 21 de outubro, 196 países avaliam os avanços nos planos nacionais e no financiamento para alcançar os 23 objetivos da ONU, que foram estabelecidos há dois anos no Canadá para deter a destruição das espécies.

O Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal chegou a um acordo para a atribuição de 200 bilhões de dólares (1,15 trilhão de reais) por ano para a proteção da biodiversidade até 2030.

A quantia deve incluir 20 bilhões de dólares (115 bilhões de reais) anuais dos países ricos para as nações pobres.

A conferência de Cali era considerada uma oportunidade para acelerar as ações e o financiamento para os objetivos da ONU, que incluem a proteção de 30% das áreas terrestres e marítimas até 2030.

Na reta final, os principais nomes aguardados desembarcaram na Colômbia para desbloquear as negociações: o secretário-geral da ONU, António Guterres, cinco chefes de Estado, além de 115 ministros e 44 vice-ministros.

"O tempo é curto. A sobrevivência da biodiversidade do nosso planeta e a nossa própria sobrevivência estão em jogo", disse Guterres em uma tentativa de "acelerar" a tomada de decisões.

Contudo, à porta fechada, as negociações sobre o financiamento permanecem estagnadas.

- Divergências - "Até agora, desde a COP15, não vimos um aumento significativo do financiamento", disse o ministro nigeriano do Meio Ambiente, IZIAQ Kunle Salako.

Ele fez um apelo, em nome de 20 países em desenvolvimento, às nações ricas para que "aumentem de maneira urgente seus compromissos financeiros internacionais" e garantam "que o compromisso de 20 bilhões de dólares seja cumprido a tempo".

Em 2022, o nível de financiamento anual para a biodiversidade dos países ricos aos pobres superava pouco mais de 15 bilhões de dólares, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O ministro do Meio Ambiente de Serra Leoa, Jiwah Abdulai, disse à AFP que os países em desenvolvimento queriam um fundo completamente novo no âmbito da Convenção sobre **Diversidade** Biológica, no qual todas as partes - ricos e pobres - estivessem representadas.

Os países em desenvolvimento alegam que os fundos multilaterais existentes são muito burocráticos e de difícil acesso.

"Atualmente, não temos um lugar à mesa. Há pessoas que tomam decisões que afetam as nossas vidas", reclamou Abdulai. Do outro lado da balança, o negociador da UE, Hugo-Maria Schally, disse à AFP

Continuação: Negociações estagnadas na reta final da COP16 da biodiversidade

que as nações ricas estavam "a caminho cumprir os compromissos dos doadores até 2025".

- "Novo fundo" - Cali recebeu os chefes de Estado da Colômbia, Equador, Armênia, Guiné-Bissau, Haiti e Suriname, além de 115 ministros e 44 vice-ministros.

Guterres lembrou aos delegados na quarta-feira que a humanidade já alterou três quartos da superfície da Terra e dois terços das águas do planeta.

"Muitos países dizem que temos que criar um novo fundo aqui, enquanto todos os países doadores dizem: 'bem, não estamos convencidos de que um novo fundo vai realmente trazer dinheiro novo porque o dinheiro público é escasso, especialmente na Europa atualmente'", afirmou.

A ministra francesa do Meio Ambiente, Agnes Pannier-Runacher, disse à AFP que a criação de um "enésimo novo fundo" não resolveria a questão básica:

"como os países menos desenvolvidos podem ter acesso aos fundos". A ideia de um novo fundo é o maior obstáculo para as negociações financeiras.

Outro ponto de divergência é a melhor forma de compartilhar os benefícios dos dados genéticos extraídos de animais e plantas, e sequenciados digitalmente, com as comunidades de onde procedem.

Os dados são utilizados principalmente em medicamentos e cosméticos que geram bilhões para a indústria. Os negociadores ainda precisam resolver questões básicas como quem paga pela utilização dos chamados DSI (sigla em inglês para Sequenciamento Genético Digital), o valor, para qual fundo e para onde o dinheiro deve ser enviado.

mlr-lv/nn/fp

© Agence France-Presse

# Editoras entram com recurso para tomar hino do Corinthians na Justiça

BLOGS E COLUNAS



Diego GarciaAssine UOL Corinthians briga na Justiça por direitos sobre seu hino Imagem: As editoras musicais Corisco e Musiclave ingressaram com recurso na Justiça para reverterem uma decisão de que o hino do Corinthians, chamado "O Campeão dos Campeões", realmente pertence ao clube. No documento, chamaram o clube de mentiroso e acusaram o tribunal de julgar a ação de forma parcial.

Segundo as empresas, a Justiça foi levada ao erro em uma decisão inicial que reconheceu o clube como legítimo dono de seu hino, apesar de não possuir contrato com o autor da música.

As editoras entendem terem sido "injustiçadas" na sentença, que declarou válido um contrato verbal datado de 1955 do clube com o autor Benedito Lauro D'Ávila - que morreu em 1985 -, para fins de uso gratuito da obra musical.

Para as editoras, não existe nenhuma prova da existência deste contrato verbal ou sequer uma testemunha que confirme o que chamaram de "absurdo". Eles entendem que o juiz responsável aplicou a sentença por "uma paixão de torcida, orgulho".

A única coisa existente, segundo as empresas, é um pagamento do clube ao compositor de 1952, para que o mesmo realizasse a composição. "Fica muito claro provar que nunca existiu um contrato verbal", afir-

maram as editoras.

Elas acusaram o Corinthians de mentir, e o tribunal de não ser imparcial. "Ser corinthiano é uma seita, motivo pelo qual afirmamos que a nobre magistrada agiu e sentenciou este processo parcialmente".

As editoras Musical Corisco e Musiclave defendiam que o Corinthians não é o dono do seu próprio hino e não possui qualquer direito sobre ele. Acrescentaram, ainda, que o clube não tem provas de que a música é de sua titularidade e ela pode ser utilizada livremente.

O clube disse que as mesmas não entenderam o objetivo da ação. Os advogados do Corinthians dizem que o time alvinegro não quer se apoderar de nenhuma obra, querendo apenas que o contrato verbal celebrado com D'Ávila seja cumprido.

O clube queria utilizar livremente o hino, sem necessidade de pedido de autorização ou pagamento, nos termos do acordo verbal firmado com o autor da música, pois querem cobrar e vincular a utilização da canção a uma autorização prévia.

As editoras dizem que o Corinthians é parte ilegítima para figurar no polo ativo da ação, pois considera que a canção apenas traz uma homenagem e que o clube não tem qualquer direito sobre a composição. Não é ele (Corinthians) o titular do direito ao pretenso. Notadamente existe um contrato de cessão de **direitos** autorais, sendo que existem herdeiros, que recebem valores conforme combinado entre as partes".

Diego Garcia

## E o autor, vai para o beleléu?



A trajetória para estabelecer os **direitos** autorais foi bastante extensa na história humana. Desde os plágios nos primórdios até a tecnologia digital do

Opinião E o autor, vai para o beleléu?

é advogado no Rio Grande do Sul - com atuação em Direitos Intelectuais há mais de 30 anos - doutor em Direito pela Unisinos (1996) pós-doutor em Direito pela PUC-RS (2018) e professor dos cursos de Direito da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

A trajetória para estabelecer os **direitos** autorais foi bastante extensa na história humana. Desde os plágios nos primórdios até a tecnologia digital do quase ano de 2025, foi um caminho bastante árduo. Também se pode dizer que, nos últimos 300 anos (o Estatuto da Rainha Ana é de 1710), consolidou-se uma compreensão teórica sólida e muito bem alicerçada dos **direitos** autorais. É evidente que a Revolução Francesa teve um papel fundamental na proteção deste campo jurídico, especialmente no que diz respeito à garantia da liberdade de expressão.

Freepik

No entanto, se existe um elemento que é crucial na história humana, é a possibilidade de mudança, que é constante, cotidiana, inerente ao desenvolvimento social e tecnológico. Quem poderia prever, nestes tempos de progresso ainda mais extraordinário da tecnologia, particularmente no que se refere ao tema

central destas fugidias linhas, a técnica digital.

Sem dúvida, a inteligência artificial é o principal tópico de discussão em todos os fóruns, em vários dos campos do saber humano, em qualquer lugar. Sempre é uma oportunidade e, em certos momentos, pode representar um amedrontamento. Em termos sistêmicos e para uma compreensão completa, é essencial afirmar que a inteligência artificial generativa, também conhecida como inteligência artificial criativa, é a maior "novidade", sem repetir isso constantemente. Então, emprega-se aqui a expressão abrangente: inteligência artificial na continuação, embora o foco principal da análise esteja na inteligência artificial generativa.

Beleléu

Em relação aos **direitos** autorais, não há como fugir disso. Eles também estão sujeitos ao constante balanço que a inteligência artificial tem causado nos últimos anos, especialmente a partir do início da atual década.

Estaria o autor "morrendo", nessa era técnico-comunicacional-digital?

Dentro deste vasto cenário desta autêntica revolução tecnodigital, a inteligência artificial ganha destaque, sendo frequentemente empregada nas mais simples tarefas humanas. Na produção de obras de arte de outros naipes criativos, isso não seria exceção. A questão da inteligência artificial generativa, em mais um estágio de sua evolução, confrontada com os **direitos** autorais, tem sido um dos principais tópicos de discussão no amplo campo dos direitos intelectuais.

E o autor, que provavelmente nunca ocupou o centro do sistema autoral, encontra-se confuso diante de tantas oportunidades para a criação, tratamento e disseminação de obras artísticas e intelectuais em geral. A principal finalidade dos **direitos** autorais sempre foi dialogar, permitindo criações, reflexões, in-

Continuação: E o autor, vai para o beleléu?

terações, críticas e reconstruções.

Necessidade de definição de padrões mínimos de civilidade

Se é imprescindível focar nos aspectos patrimoniais fundamentais em discussão na causa - especialmente para o autor, que vive de sua atividade intelectual -, não se pode deixar os direitos extrapatrimoniais nas obras de tecnologia digital esquecidos em um canto obscuro da sala. Como se não estivessem presentes.

Inicialmente, deve-se questionar se, de fato, máquinas e softwares produzem arte no sentido estrito. Isso despertou a inquietação de diversos pensadores de valor ao longo do século 20.

Portanto, não faz sentido considerar uma possível perspectiva bipartida sobre a inteligência artificial, seja ela contra ou a favor. Isso é uma realidade, uma conjuntura que, felizmente, veio para ficar. Basta observar as diversas oportunidades criadas pela inteligência artificial nas áreas da educação e medicina, apenas para citar dois exemplos.

Agora, está claro que a avaliação e a definição de padrões mínimos de civilidade relacionados à ética na inteligência artificial é essencial. Com certeza, essa será uma das principais responsabilidades de todos os envolvidos, de alguma maneira, com o tema, nos próximos tempos.

Ademais, nunca se deve negligenciar o universo do Estado e, conseqüentemente, o do Direito - inicialmente, na regulamentação e nas políticas públicas. Na sequência, na complexa e simultaneamente fascinante tarefa interpretativa.

A dignidade da pessoa humana é o pilar de todos os sistemas democráticos modernos, não sendo diferente aqui. Portanto, é imprescindível lembrar que qualquer interpretação do uso e da influência da inteligência artificial precisa necessariamente ser submetida a esse filtro.

Perigo de chegar atrasado

Com base na dignidade da pessoa humana como valor vértice do sistema, é plausível recordar o papel fundamental do autor na cultura como um todo e especificamente nos **direitos** autorais. O sistema autoral é construído em todo o mundo com base na compreensão de que a autoria é limitada à pessoa humana, ou, usando a terminologia da Teoria do Direito, à pessoa natural. Portanto, não seria plausível, inicialmente, considerar as possibilidades de aplicação de **direitos** autorais para criações oriundas de inteligência artificial, com base nesses princípios-chave.

Spacca

Todas as alternativas sugeridas neste e em outros trabalhos possuem pontos fortes e pontos fracos, sendo provavelmente a mais plausível a de estabelecer um direito conexo para regular os direitos provenientes dessas "obras". Contudo, é importante destacar dois pontos: a um, a natureza internacional dos **direitos** autorais. Inicialmente, qualquer tentativa de regulamentação deve ocorrer no âmbito global.

A segunda questão é a regulação, que só pode ocorrer a partir de princípios abrangentes que, na medida do possível, incluam a realidade tecnodigital, que se desloca a uma velocidade incrível. Assim, o Direito enfrenta o perigo que sempre existiu, mas que agora se intensifica, de chegar atrasado.

Além disso, é reiterado o domínio nessa área por grandes conglomerados de comunicação, incluindo as famosas big techs. O episódio Musk/X no Brasil contribuiu para reacender um assunto que tem sido assunto de debate jurídico ao menos nos últimos 30 anos: a soberania dos Estados Nacionais.

Para aqueles que já vaguearam em busca da perda da reforma da Lei de **Direitos** Autorais, vale a pena também procurar pelos frutos perdidos do sistema autoral, provenientes da frondosa árvore dos direitos

Continuação: E o autor, vai para o beleléu?

extrapatrimoniais de autor.

Em considerações finais, é pertinente reiterar, que "pode-se questionar o fim do **direito** autoral, não como um ponto final, mas como um objetivo". Se o desejo é fundamental, tanto psicológica quanto socialmente, é preciso torcer para que a maçã da tecnologia, que se apresenta de maneira caprichosa como uma metáfora dele, não esteja contaminada. Pelo menos, não contamine o sólido edifício dos

**direitos** autorais, erguido com tanto esforço nos últimos 300 anos.

Luiz Gonzaga Silva AdolfoÉ Advogado No Rio Grande Do Sul



## Na COP16, Marina Silva defende fundo para remunerar povos tradicionais



30/10/2024

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu nesta terça-feira (29) que os povos tradicionais devem ter acesso a recursos que remunerem a proteção da biodiversidade do planeta, nos termos da implementação da Convenção sobre **Diversidade** Biológica (CDB). A declaração foi dada durante discurso no segmento de alto nível Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 16), que acontece em Cali, na Colômbia.

Segundo a ministra, a exploração de produtos do patrimônio natural e dos conhecimentos tradicionais associados (CTA) deve ser repartida de forma justa.

"Os povos indígenas e as comunidades tradicionais, que incluem os coletivos de povos afrodescendentes, são os verdadeiros guardiões dos nossos ecossistemas. Por isso, merecem participação mais efetiva na Convenção, especialmente nas decisões sobre o reconhecimento e a repartição justa e equitativa nos benefícios derivados do uso do patrimônio genético. Isso inclui os direitos decorrentes do acesso às informações de sequências digitais (DSI). Precisamos nesta COP16 chegar a um acordo sobre este direito absolutamente inquestionável", afirmou a ministra.

O financiamento da preservação da biodiversidade é um dos principais impasses na atualização da CDB, em discussão na Colômbia. Até o momento, cerca de 38% das espécies de árvores do mundo, totalizando abpi.empauta.com

mais de 16,4 mil, estão em risco de extinção devido à extração de madeira e ao desmatamento para dar lugar à agricultura, mineração, construção de estradas e outras ações, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

A ideia é que um Fundo DSI seja implementado para proteger esse patrimônio genético, incluindo a remuneração dos povos da floresta.

O posicionamento dos povos tradicionais é construído a partir do Caucus Indígena, articulação de cerca de 500 representantes de povos indígenas e membros de organizações de comunidades locais de diversas regiões do planeta, que tem como objetivo garantir a plena e efetiva participação desse povos nas negociações da CDB. Neste cenário, uma das propostas é que o fundo de DSI assegure um terço dos recursos para os povos indígenas.

Outro impasse é a inserção da nomenclatura dos coletivos de povos afrodescendentes, que incluem comunidades tradicionais quilombolas, nos termos da convenção. A iniciativa é da Colômbia, e conta com apoio do governo brasileiro.

### Outras iniciativas

Em seus discurso na COP16, Marina Silva destacou outras iniciativas do país, especialmente o Mecanismo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF - Tropical Forest Finance Facility, em inglês), que visa gerar um fluxo de apoio financeiro permanente aos países tropicais que conservam suas florestas, em benefício de toda a humanidade.

Mais cedo, cinco novos países (Alemanha, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Malásia e Noruega) aderiram ao projeto, que tem sido levado à cabo pelo governo brasileiro no contexto da pre-

Continuação: Na COP16, Marina Silva defende fundo para remunerar povos tradicionais

sidência pro-tempore do G20.

"Também no G20, o Brasil promoveu pela primeira vez o diálogo entre ministros de Finanças, de Clima e do Meio Ambiente e adotamos os 10 Princípios de Alto Nível da Bioeconomia", observou Marina. "Para implementar nossas metas, temos desenvolvido várias iniciativas, como o ambicioso Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa, com 12 milhões de hectares, e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que agora, em nova fase, irá promover a inclusão socioeconômica das comunidades locais. Vamos ainda neste ano concluir nossa Estratégia Nacional para a Biodiversidade (Epanb)", acrescentou.

Entre as principais metas brasileiras, além da preservação da biodiversidade, está o compromisso assumido pelo governo de zerar o desmatamento até 2030.

## COP da Biodiversidade

A COP da Biodiversidade resulta de um tratado da Organização das Nações Unidas estabelecido durante a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (C-

numad), realizada no Rio de Janeiro, e considerado um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente.

Desde então, as metas vêm sendo atualizadas regularmente entre os países da ONU. Para 2023, foram definidas 23 metas para deter e reverter a perda de biodiversidade e colocar a natureza em um caminho de recuperação para o benefício da população global, conservando e usando de forma sustentável a biodiversidade e garantindo a distribuição justa e equitativa dos benefícios do uso de **recursos** genéticos.

A outra COP sobre meio ambiente mais importante é a do Clima, cujo objetivo principal é impedir o aquecimento do planeta, e envolve uma série de metas pactuadas globalmente. A COP29 do Clima em 2024 será realizada em Baku, no Arzebaijão.

No ano que vem, a COP30 será sediada pelo governo brasileiro, em Belém.

Fonte: Agência Brasil

## Tim Maia, moda e referências



A decisão do STJ sobre a utilização de trechos das músicas de Tim Maia em roupas da grife "Reserva". Destaca questões sobre **direitos** autorais, liberdade de expressão e a importância da atribuição de fontes, concluindo que a omissão da autoria é uma violação legal.

Tim Maia, moda e referências Pedro Marcos Nunes Barbosa e Eduardo Miceli Fanti Fajardo A decisão do STJ sobre a utilização de trechos das músicas de Tim Maia em roupas da grife "Reserva". Destaca questões sobre **direitos** autorais, liberdade de expressão e a importância da atribuição de fontes, concluindo que a omissão da autoria é uma violação legal. quarta-feira, 30 de outubro de 2024 Atualizado em 29 de outubro de 2024 13:37 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

### Introdução

Foi bastante divulgado na mídia jurídica o acórdão do STJ<sup>1</sup> que dirimiu a contenda proposta pelo espólio de Tim Maia, em virtude do lançamento de coleções pela titular da grife "Reserva", contendo as expressões "Guaraná & Suco de caju & Goiabada & Sobremesa" e "Você & Eu & Eu & Você". A partir da decisão, três

pontos fulcrais merecem destaque: (a) qual é a liberdade de terceiros na utilização de referências de obras alheias fora do contexto original?; (b) quais são as peculiaridades dos direitos sucessórios em uma ação compensatória pela utilização da obra do falecido?; e (c) como se realizar a devida quantificação de danos no caso de violação de **direitos** autorais? O presente texto visa uma célere análise do item (a), pois os itens (b) e (c) foram recentemente abordados por outros artigos.

### Do acerto decisório

"Você E Eu, Eu E Você" e "Do Leme ao Pontal" são obras musicais caracterizadas por serem canções, ou seja, há a sobreposição entre tempo, ritmo, harmonia, melodia e letra. Uma vez acabadas e externalizadas ao público, são obras intelectuais caracterizadas pela complexidade de seus elementos, tal como uma universalidade imaterial.

Quando os destinatários da obra têm contato com a mesma, não é incomum algum tipo de reação do público. Desprezo, esquecimento, valorização, reconhecimento<sup>2</sup> e até o diálogo diacrônico com o emissor são possíveis consequências<sup>3</sup> para qualquer obra exposta. Aliás, a vida cultural denota como banal que uma obra de alguém inspire obras outras de terceiros - para o desenvolvimento de novos valores da personalidade que não são inatos<sup>4</sup>. Afinal, o ganho coletivo do contato com a criação intelectual supera qualquer benefício individual que o autor possa auferir da sua exploração<sup>5</sup>.

Quanto aos diálogos, a própria legislação exemplifica hipóteses em que a obra alheia será referenciada, a exemplo do direito de citação (art. 46, III, da lei 9.610/98), ou da paródia e da paráfrase (art. 47 da lei 9.610/98).

No caso concreto, um dos pontos afastados pela decisão colegiada do Tribunal da Cidadania foi a incidência do art. 8, VII, da lei 9.610/98, pois apesar de

ter havido o aproveitamento comercial por parte do titular da grife "Reserva", tal empenho não fora das ideias, mas da própria expressão das obras de titularidade do espólio. Empregou-se o título<sup>6</sup> e parte da letra de uma das obras, e apenas excerto da letra em outra. Em ambos os casos, não se pode, realmente, disputar a originalidade dos trechos, de modo que são mesmo protegidos pelo Direito de Autor. Em contrapartida, nada há na legalidade constitucional que preceite alguém de se inspirar em conceitos alheios, desde que se exprima com as próprias formas - novas e originais. No caso em tela, afastou-se como possível contributo criativo a estilização da letra e do título das obras reproduzidas com o uso do sinal gráfico "&" - o que, para os autores deste texto, se mostra uma decisão acertada.

O vestuário que gerou a discórdia entre as partes, todavia, não continha qualquer tom humorístico. A disposição de trechos das letras musicais estampada nas blusas sequer parecia ter uma proposta de evocação ao riso. Era nítida a referência feita nas roupas da "Reserva", ou pela expressão utilizada no acórdão, era firme a "intertextualidade".

O acerto neste ponto do acórdão tem a ver com o ambiente do direito que qualquer pessoa tem de citar a obra alheia. A citação, com ou sem a transcrição da obra citada, é uma forma muito usada na academia para discernir o estado da arte da proposta inovadora. Ao citar outras obras, um autor tem a oportunidade de demonstrar sua honestidade intelectual, contrastar seu pensamento com o de terceiro, ou, tantas vezes, reafirmar a autoridade de suas propostas pela concordância/coincidência com a expressão de alguém bem renomado.

O problema casuístico é que houve uma transcrição de parte das letras musicais sem a indicação da fonte, tanto do autor como da obra transcrita. Ainda que fosse improvável que os consumidores dos itens de indumentária desconhecem os bens imateriais que inspiraram a coleção da "Reserva", não cabe a terceiros elegerem a omissão do autor-obra<sup>7</sup> citado.

Aliás, tal direito existencial entre criador-criatura (art. 24, II, da LDA) advém de regra cogente, consistindo em forma de promoção da personalidade do originador.

### Crítica à decisão

No entendimento dos autores do presente texto, a decisão do STJ se revelou correta. O resultado hermenêutico da condenação àquele que transcreve sem apontar a fonte transcrita é a melhor norma para o caso. A pretensão do espólio, assim, foi bem atendida.

O reconhecimento do acerto decisório, entretanto, não é o endosso à totalidade da fundamentação. No capítulo do voto que tratou do reconhecimento do ato ilícito, parte do suporte argumentativo se deu acerca de um pseudo poder que o autor da obra teria de controlar a interpretação de terceiros sobre como o originador da obra pensa<sup>8</sup>.

Seria Dante Alighieri um hedonista? Machiavelli poderia ser visto como um comunista se estivesse vivo, em Moscou, no começo do século XX? Franz Kafka dançaria ouvindo Anitta? Nenhuma dessas especulações é relevante, vincula o autor ou é passível de sindicabilidade.

Exteriorizada ao mundo, é inocente a lógica de controle absoluto<sup>9</sup> sobre como outrem irá compreender, ressignificar e até atribuir premissas implícitas ao autor. É natural que a expressão de determinado criador reverbere de formas distintas e gere interpretações dissonantes não só quanto à obra em si, mas também quanto às inclinações pessoais de quem a originou, à revelia de qualquer intenção ou aspiração do próprio autor - ou seu espólio - quanto à sua recepção pelo público<sup>10</sup>.

Isso posto, não se conseguiu extrair a coerência interna da fundamentação sobre como eventual transcrição de parcela das obras de Tim Maia em blusas importaria em atribuição de endosso a convicções pessoais pertinentes à grife "Reserva". Tampouco a

mistura entre o direito à imagem do autor, e a correlação musical com o espírito carioca denotaria qualquer imputação negativa ou falsa sobre o falecido.

Não à toa, tal excerto do voto - sufragado pela unanimidade - é despidido de qualquer embasamento jurídico, externalizando mais o entendimento pessoal<sup>11</sup> do magistrado sobre as disparidades entre os conceitos de titularidade vs. controle.

## Conclusão

É possível que a equipe empresarial da sociedade de vestuário tenha omitido os nomes das obras e do autor (referenciados) por alguma questão de disposição visual da indumentária. Ao fazê-lo, violou-se um dos requisitos do direito de citação que não se coaduna com a omissão das fontes. Em outras palavras, se nas mesmas camisas houvera a aposição do nome artístico do emissor da obra referenciada, é bem provável<sup>12</sup> que as conclusões deste julgado fossem opostas à norma atingida pelo colegiado.

A liberdade de expressão, a autonomia no ato de pensar e até no fato de se interpretar figuras históricas falecidas não constitui ato ilícito<sup>13</sup>. Por isso, a decisão do feito Espólio de Tim Maia vs. Tiferet Comércio de Roupas traduz uma norma simultaneamente positiva e negativa para a comunidade jurídica. A rigidez quanto ao direito de citação concomitante à liberdade interpretativa parecem ser, mesmo, o melhor caminho para o convívio do direito de autor com a indústria da moda.

---

1 Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, Min Marco Aurélio Bellizze, REsp 2.121.497/RJ, J. 11.09.2024.

2 "E, se não há quem queira pagar, peço pelo menos uma recompensa que não custa nada e é sempre eficiente: seu aplauso" SUASSUNA, Ariano. Auto da Compadecida. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fron-

teira, 2015, p. 189.

3 BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. Originalidade em Crise. Revista Brasileira de Direito Civil, volume 15, jan-mar de 2018, disponível em <https://rbdcivil.ibd civil.org.br/rbdc/article/view/204/195> .

4 MORATO, Antonio Carlos. Direito de Autor em Obra Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 49.

5 LEMLEY, Mark. Faith-Based Intellectual Property. 62 UCLA Law Review 1328, 2015.

6 Sobre como títulos originais também são objeto de tutela autoral, vide PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Tratado de Direito Privado. Tomo XVI. 4ª Edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983, p. 17.

7 "A ideia de uma arte separada do seu criador não apenas está fora de moda, como é falsa." CAMUS, Albert. O Mito de Sísifo. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 22ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2021, p. 114.

8 "houve uma nítida tentativa de correlação entre a música do compositor Tim Maia e o "clima irreverente" do Rio de Janeiro - na busca da grife em traduzir a visão do "espírito carioca" -, o que se mostra grave, pois, sem a devida autorização, vincula a imagem do artista à aludida ideia, representando, ainda que indiretamente, um endosso do autor ao pensamento, mesmo que diversa fosse sua convicção pessoal" Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, Min Marco Aurélio Bellizze, REsp 2.121.497/RJ, J. 11.09.2024.

9 "Imagine o que acontece hoje em dia: quando um homem importante coloca uma ideia no mundo, ela é imediatamente submetida a um processo de distribuição que consta de simpatia e repulsa; primeiro, os admiradores arrancam grandes nacos que mais lhes agradam, e devoram o seu mestre como raposas devoram carniça; depois, os adversários eliminam os

Continuação: Tim Maia, moda e referências

pontos fracos, e, em breve, de toda a façanha nada sobra senão uma provisão de aforismos, dos quais amigos e inimigos se servem. O resultado é uma ambiguidade generalizada" MUSIL, Robert. O homem sem qualidades. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, p. 399.

10 "The poet may of course have some critical ability of his own, and so be able to talk about his own work. But the Dante who writes a commentary on the first canto of the Paradiso is merely one more of Dante's critics." (FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton University Press, 1971, p. 14). Em tradução livre, "o poeta pode, claro, ter alguma habilidade crítica própria, e, portanto, apto a comentar sobre sua própria obra. Mas o Dante que escreve um comentário sobre o primeiro canto de Paraíso é apenas mais um dos críticos de Dante."

11 "por outro lado, o perigo ainda mais grave de que o intérprete, deixando-se apaixonar por uma tese, trabalhe de fantasia e julgue encontrar no direito positivo idéias e princípios que são antes o fruto das suas elocubrações teóricas ou das suas preferências sentimentais. A interpretação deve ser objetiva, equilibrada, sem paixão, arrojada por vezes, mas não revolucionária, aguda, mas sempre respeitadora da lei" FERRARA, Francesco. *Como Aplicar e In-*

terpretar as Leis. Traduzido por Joaquim Campos de Miranda. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003, p. 25.

12 "Ninguém enxerga o óbvio - e repetia: - Só os profetas enxergam o óbvio" RODRIGUES, Nelson Falcão. *O Casamento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2016, p. 10.

13 "A livre interpretação dos acontecimentos e dos personagens, as licenças artísticas, e mesmo a caricatura, não ofendem, por si mesmas, algum direito das pessoas a que se referem" FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. Volume 7, São Paulo: Saraiva, 1962, p. 71.

Pedro Marcos Nunes Barbosa Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Kursou seu Estágio Pós-Doutoral junto ao Departamento de Direito Civil da USP. Doutor em Direito Comercial pela USP, Mestre em Direito Civil pela UERJ e Especialista em Propriedade Intelectual pela PUC-Rio. Denis Borges Barbosa Advogados Eduardo Miceli Fanti Fajardo Especialista em Propriedade Intelectual pela PUC-Rio. LLM pela American University - Washington-DC Denis Borges Barbosa Advogados



## MIGALHAS nº 5.969



Quarta-Feira, 30 de outubro de 2024 - Migalhas nº 5.969.

Fechamento às 08h07.

"Tudo é ovo. O próprio ovo da galinha, bem considerado, é um ovo."

Machado de Assis

Cocoricó

Fazendo um balanço das eleições municipais, ministra Cármen Lúcia, responsável por conduzir o pleito, destacou que tudo transcorreu tão pacificamente que o "incidente" mais marcante foi a entrada inesperada de uma galinha em uma seção eleitoral. para ver!

Comparações

Pelo visto, para a ministra, até o episódio em que o governador de SP, ao lado de seu candidato à prefeitura da maior cidade da América Latina, acusou o adversário de ligações com facções criminosas foi apenas "uma pena" - especialmente se comparado à importância da galinha invasora.

Ilícitude probatória

2ª turma do STF invalidou provas obtidas pelo MP, que foram solicitadas diretamente à Receita Federal, em um caso de sonegação fiscal. Prevaleceu voto do ministro Gilmar Mendes entendendo pela necessidade de autorização judicial para o compartilhamento dos dados. Ficou vencida a relatora,

ministra Cármen Lúcia, para quem houve perda do objeto do HC já que os réus celebraram ANPP, confessando os fatos e firmando acordo que será encerrado logo mais, em janeiro de 2025. ()

Ou se calça a luva ou se põe o anel

No julgamento acima, destaca-se uma controvérsia importante: como lidar com um ANPP quase cumprido frente à absolvição por ilicitude probatória? De um lado, se tivesse prevalecido o voto da relatora, a confissão seria validada mesmo com a subjacente ilicitude das provas. De outro, prevalecendo a ilicitude probatória, esta se confronta com o cumprimento quase integral, pelo réus, das condições impostas no ANPP. E agora, José?

E agora, José?

Gilmar Mendes anulou as condenações de José Dirceu na Lava Jato, estendendo a suspeição de Sergio Moro reconhecida no caso do presidente Lula. ()

Liberdade

Diante da fragilidade das provas, 2ª turma do STF decidiu pela soltura de idoso condenado por tráfico de drogas. ()

Precedentes e prudência

Em evento realizado por Migalhas, o ministro Paulo Sérgio Domingues ressaltou a importância dos precedentes, mas defendeu cautela na modulação de efeitos para evitar o aumento da litigância massiva. ()

Plenário virtual em debate

No mesmo evento acima, a professora Paula Pessoa apontou preocupações com o plenário virtual do STJ, alertando para possíveis limitações no contraditório e na interação entre ministros e partes. ()

## Caso Eldorado

A ministra Nancy Andrighi, do STJ, determinou que o TJ/SP julgue a reclamação apresentada contra a sentença da juíza que analisou o mérito no caso da venda da Eldorado Celulose. Embora o caso tenha várias nuances complexas, neste ponto é bastante simples: havia uma decisão suspendendo o curso da ação, e, mesmo assim, a juíza proferiu a sentença. Diante disso, a J&F interpôs, ao mesmo tempo, uma apelação, contestando a sentença, e uma reclamação, apontando a desobediência à decisão de suspensão. Como os recursos foram interpostos simultaneamente, embora com fundamentos distintos, o TJ optou por extinguir a reclamação, sem analisar o mérito. A decisão técnica da ministra Nancy veio justamente contra essa extinção, esclarecendo que "a apresentação de reclamação concomitante com a interposição de apelação contra a sentença reclamada não impede o conhecimento da reclamação, isto é, não enseja sua extinção sem resolução do mérito." P.R.I. ()

"Perdendo meu tempo"

CNJ irá apurar a conduta de juíza que discutiu com advogada e afirmou que estava "perdendo seu tempo". ()

## Questões trabalhistas

TST aceitou três novos incidentes de recursos de revista repetitivos que vão definir: diretrizes sobre execução contra sócios de empresas em recuperação judicial; a atuação sindical na defesa dos direitos da categoria; e a compensação de gratificações em convenções coletivas. ()

## Dispensa discriminatória

C&A e terceirizada devem indenizar faxineira dispensada por tuberculose. ()

## Estabilidade

Motoboy tem direito à estabilidade por acidente mesmo sem empresa saber de afastamento. Decisão é do TST. ()

## Marca idêntica

TRF da 2ª região entendeu que duas marcas Goya - a que produz água mineral e a empresa do ramo de comidas enlatadas - podem conviver no mercado, sem risco de confusão por parte do consumidor. ()

## CDC

Ministro Alexandre de Moraes decidiu que transportadora aérea deve indenizar integralmente seguradora por extravio de carga em voo internacional, aplicando o CDC em vez da Convenção de Montreal. ()

## Empate não elimina

Candidato excluído da lista de aprovados em concurso do INSS devido a empate será recolocado. ()

## Desequilíbrio contratual

Juíza anulou contrato de férias compartilhadas devido a desequilíbrio contratual, incluindo a prática de venda casada e falta de clareza nas informações. ()

## Home care

Operadora de plano de saúde deve autorizar e custear tratamento domiciliar a criança com síndrome congênita do Zika Vírus. ()

## Explosão

Padaria foi condenada a indenizar gerente que sofreu lesões permanentes devido a explosão de forno causada pela adição de essência de baunilha. ()

## Agressão



Trabalhador que foi agredido com uma vassoura por colega em empresa de transporte público deve ser indenizado pela empresa. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas.

Colunas

Porandubas políticas

Gaudêncio Torquato faz uma análise da distribuição e das movimentações ideológicas dos partidos políticos no Brasil, enfatizando uma tendência ao centro como reflexo das últimas eleições. ()

Família e Sucessões

Flávio Tartuce analisa as nuances do art. 1.698 do Código Civil, defendendo a reforma da obrigação alimentar para ampliar a proteção de credores vulneráveis. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Sérgio Jacomino trata da indisponibilidade e o registro de imóveis. ()

Meio de Campo

"Paris: 1874, Brasil: 21/24, as artes plásticas, o futebol e a Libertadores", por Rodrigo R. Monteiro de Castro. ()

Migalhas de peso

- "Modulação tributária no STF e STJ: Da simplicidade à complexidade", por Saul Tourinho Leal e André Peixoto (Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia). ()

- "O Tribunal de Contas da União e o princípio da unicidade da interrupção prescricional", por Lucas Na-

zif Rasul e Yuorgnan Klismann (Silveira Ribeiro Advogados). ()

- "Ter um filho nos EUA sendo estrangeiro: O que você precisa saber", por Mara Pessoni (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Naming Rights: O impacto e a evolução dessa estratégia de visibilidade de marca", por Rafaela Marcondes (PDK Advogados). ()

- "Aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agro-negócio", por Rinaldo Zangirolami e João Grandino Rodas (Grandino Rodas Advogados). ()

- "Siglas do INSS e seus significados: Guia atualizado", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "Tim Maia, moda e referências", por Pedro Marcos Nunes Barbosa e Eduardo Miceli Fanti Fajardo (Dennis Borges Barbosa Advogados). ()

- "TCU e a crise climática: governança multinível e articulação social", por Giuseppe Mendes (Pinheiro & Mendes Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas

Acordo

Azevedo Sette Advogados assessorou a Vale na repactuação de um acordo de R\$ 170 bi para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana/MG. Desse montante, R\$ 100 bilhões financiarão programas socioambientais e socioeconômicos, R\$ 32 bilhões serão aplicados em indenizações e reassentamentos pela Samarco, e R\$ 38 bilhões já foram destinados a medidas reparatórias. O escritório também atuou no acordo de Brumadinho, firmado em 2021, que somava R\$ 37 bilhões, até então o maior do tipo nas

Américas.

Três lustros

Martorelli Advogados completa 15 anos em Maceió com foco na atuação para sindicatos e associações de servidores públicos e se consolida no Estado como uma advocacia full service para os principais segmentos da economia. ( )

Baú migalheiro

Há 77 anos, em 30 de outubro de 1947, foi estabelecido o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que mais tarde evoluiu para a OMC. O GATT foi inicialmente criado para regulamentar o comércio internacional e reduzir tarifas e outras barreiras comerciais. Com o passar dos anos, e frente à necessidade de um sistema mais abrangente para lidar com questões do comércio mundial, o GATT foi transformado em OMC em janeiro de 1995, ampliando seu escopo para incluir comércio de serviços e aspectos de propriedade intelectual. (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra coletiva "**Direito** Autoral e Entretenimento: Novas Perspectivas Jurídicas" (Synergia Editora 302p.), coordenada por Leticia Provedel e Ana Paula Borges Martins, oferece uma análise abrangente das complexas questões jurídicas no campo do entretenimento. Participe do sorteio. ( )

Novidades

Dia 24/10, aconteceu o pré-lançamento do livro "Público e Pragmático Vol. 1", de Gustavo Justino de Oliveira (Justino de Oliveira Advogados). O evento também marcou os 25 anos de fundação do escritório. ( ) Ontem foi o lançamento da obra "Honorários e Prerrogativas", coordenada por Leonardo Sica, vice-presidente da OAB/SP. O livro reúne artigos de grandes nomes da advocacia brasileira. Avelar Advogados publica nova edição de

seu boletim "Avelar News", com notícias, jurisprudências, PLs e o termômetro da semana. ( ) Cescon Barriou Advogados divulgou "Informa Direito da Mineração, Ambiental" sobre "Segurança de Barragens: CNRH estabelece novos critérios para classificação de barragens". ( )

Migalhíssimas

Hoje, às 20h, Daniel Delatorre, de Denis Borges Barbosa Advogados, ministrará aula na EFAE - Escola de Formação em Advocacia Empresarial, sobre "Contencioso de **Marcas**". Amanhã, às 15h, a vice-presidente da OAB/RJ e sócia de Basílio Advogados, Ana Tereza Basílio, vai proferir a palestra de abertura do seminário de lançamento da "Cartilha para Atuação em Julgamento com Perspectiva de Gênero", no auditório da OAB de Campo Grande (29ª subseção). O evento é promovido pelo TED da seccional fluminense. Dia 5/11, das 11 às 12h, acontece o 4º encontro do projeto "Fronteiras do Compliance", organizado pelo escritório Moura Tavares, Figueiredo, Moreira e Campos Advogados. A edição está repleta de insights para quem busca entender as tendências e desafios do Compliance. Thiago Gomes Coelho abordará o tema "Compliance Regulado" e Flávia Tomagnini apresenta a palestra "Integração de Compliance e Ética Empresarial". Inscrições, . Osmar Paixão, da Paixão Côrtes e Advogados Associados, proferirá palestra sobre "Poder Judiciário e Segurança Jurídica, realidade, desafios e perspectivas", no dia 29/11, em Foz do Iguaçu, no "III Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho". O escritório Ernesto Borges Advogados foi reconhecido pela Leaders League Brasil no Prêmio Destaque Jurídico Centro-Oeste que aconteceu em Brasília. Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados acaba de receber três importantes reconhecimentos no cenário jurídico internacional, reforçando sua posição de liderança no Terceiro Setor e destacando sua atuação em ESG. No ranking "Legal 500", o escritório foi classificado na categoria "City Focus - Curitiba - Leading Firms - Tier 2", com o sócio Eduardo Szazi nomeado como "Leading Par-

tner". O SBSA foi ranqueado ainda pelo "Chambers Brazil Awards" na categoria "ESG". Há poucos meses, a banca já havia sido classificado como "Band 1" no "Chambers Brazil Awards" na categoria de "Direito do Terceiro Setor". Esta foi a primeira vez que a Chambers cobriu essa área no Brasil, destacando escritórios especializados no atendimento a organizações não governamentais, fundações e associações sem fins lucrativos. Dos seis sócios do escritório, foram ranqueados Laís de Figueirêdo Lopes, Eduardo Szazi e Paula Raccanello Storto.

## Direito e regulação

IAB, em parceria com a FGV, promove amanhã, às 9h30, o webinar "O Direito e a regulação". Evento será transmitido ao vivo no canal do YouTube. ()

## Audiência trabalhista

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo promove o curso online "Provas de Audiência Trabalhista", amanhã, das 9 às 12h. ()

## Locação de imóveis

Amanhã, a partir das 8h30, acontece no Centro de Convenções Bolsa do Rio, o "Locação Summit by Secovi Rio". O evento, apoiado pelo 15º Ofício de Notas, tem o objetivo de discutir o futuro da locação de imóveis, abordando aspectos jurídicos, tributários, inovação, indicadores e crescimento de empreendimentos multifamiliy.

## Empresas estatais

Inspere - Instituto de Ensino e Pesquisa promove o curso "Gestão Jurídica de Empresas Estatais", com início das aulas no dia 4/11, de segunda a sexta-feira das 9 às 18h. ()

## Constituição Federal

AASP realiza do dia 4 a 6/11, o encontro "Relevância

da questão federal e as mudanças no recurso especial". ()

## Sistema tributário

Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT promove no dia 8/11, das 9 às 18h, o evento "O Atual e o Futuro Sistema Tributário Nacional". Concorra a uma vaga-cortesias. ()

## Plano de carreira

Radar - Gestão para Advogados está com inscrições abertas para o curso "Plano de Carreira e Progressão Societária para Escritórios de Advocacia". O curso foi elaborado para ajudar advogados e gestores a criarem um plano de carreira robusto que não só potencializa o desenvolvimento individual, mas também alinha com os objetivos estratégicos do escritório. ()

## Viva!

O ganhador da obra "Manual de Direito da Saúde Suplementar" (Verbo Jurídico 524p.), escrita por Elton Fernandes (Elton Fernandes Advocacia Especializada em Saúde), é Jonas Silva do Nascimento, de São Gonçalo do Amarante/RN. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

## Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

## GO/Doverlândia

MA/Junco do Maranhão	"Varios muertos en Valencia y seis desaparecidos en Albacete por la dana"
MA/São Domingos do Maranhão	Público - Portugal
MG/Ubaporanga	"Médicos especialistas em dedicação plena no SNS já são 42% do total"
RS/Farroupilha	Die Welt - Alemanha
SE/Nossa Senhora da Glória	"Lindner verzichtet auf weitere Spitzen Richtung SPD und Grüne"
SP/Tejupá	The Guardian - Inglaterra
Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .	"Southport suspect charged with terror offence and producing ricin"
Migalhas Clipping	O Estado de São Paulo - São Paulo
The New York Times - EUA	"Nunes diz que trabalhará para o MDB não apoiar Lula em 2026"
"Dozens Killed As Israelis Hit Northern Gaza"	Folha de São Paulo - São Paulo
The Washington Post - EUA	"Haddad diz não ter prazo para cortes; dólar chega a maior valor desde 2021"
"Strike in northern Gaza kills scores"	O Globo - Rio de Janeiro
Le Monde - França	"Indefinição sobre corte de gastos leva dólar à maior cotação desde 2021"
"Pétrole : comment Moscou contourne les sanctions"	O Estado de Minas- Minas Gerais
Corriere della Sera - Itália	"Rotina de risco"
"Il voto in Liguria agita la sinistra"	Correio Braziliense - Brasília
Le Figaro - França	"PF aponta falhas 'evidentes' da SSP-DF no 8/1"
"Contrôle de l'immigration : Retailleau mobilise les préfets"	Zero Hora - Porto Alegre
Clarín - Argentina	"Haddad diz não haver data para corte de gastos"
"Derrumbe fatal en Villa Gesell: apuntan a una obra irregular"	
El País - Espanha	

Continuação: MIGALHAS nº 5.969

O Povo - Ceará

"Sucessão nas presidências agita Câmara e assembleia"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Dirceu pode ser candidato após anulação das condenações"

## Aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agronegócio



O impacto do agronegócio na economia brasileira e a relevância de cursos especializados, com enfoque em temas jurídicos e técnicos do setor.

Aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agronegócio João Grandino Rodas e Rinaldo Zangirolami  
O impacto do agronegócio na economia brasileira e a relevância de cursos especializados, com enfoque em temas jurídicos e técnicos do setor. quarta-feira, 30 de outubro de 2024 Atualizado em 29 de outubro de 2024 13:32 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Desde o início da série história de pesquisa, em 1995, pôde-se aquilatar, documentadamente, o crescimento do agronegócio no Brasil, que não cessa de contribuir para o aumento do PIB do País. Nos últimos anos, esse setor vem-se sobressaindo aos demais, justamente em virtude do incremento da produção e do rendimento de produtividade, inobstante as adversidades climáticas e econômicas.

Ultimamente, o agronegócio tornou-se o maior aliado da economia brasileira e fez do Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos, em virtude da revolução no agronegócio, trazida pela intensa utilização de tecnologia e inovação.

tude da revolução no agronegócio, trazida pela intensa utilização de tecnologia e inovação.

A importância crucial do agronegócio para a economia brasileira demonstra-se em números, ao ser responsável por mais da metade das exportações brasileiras e representar 25% do PIB; tendo gerado uma receita média de USD 15,27 bilhões entre os anos de 2022 e 2024, segundo dados CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. O setor emprega milhões de pessoas, que trabalham não só diretamente nas lavouras, mas também em toda a cadeia, que inclui desde startups até grandes empresas nacionais e multinacionais.

Tal mudança de patamar provocou transformação profunda no setor, fazendo nascer uma cadeia de produção end to end, que se inicia na pesquisa tecnológica da semente e termina na exportação do produto manufaturado para os quatro cantos do mundo.

O agronegócio, portanto, ultrapassou as fronteiras do setor primário para construir ramificações em todos os setores da economia - primário, secundário e terciário -, com uma importância única para a economia brasileira.

O agronegócio abrange diversas cadeias produtivas, incluindo culturas como laranja, milho, café, soja, cana-de-açúcar e algodão. Além disso, a criação de animais (gado de corte, leite, lã) também faz parte deste cenário. O gráfico abaixo, demonstra com clareza essa evolução.

Seu crescimento e desenvolvimento, como denota-se no gráfico abaixo, estão relacionam-se diretamente ao investimento e adoção de novas tecnologias; não à expansão e abertura de novas fronteiras agrícolas. À guisa de exemplos de **inovações** tecnológicas mencionem-se: o desenvolvimento de

novas variedades vegetais e raças de animais, a adoção de drones e maquinários dotados de inteligência artificial capazes de mensurar e aplicar de forma mais eficaz fertilizantes, agroquímicos e água; e, por fim, o uso da biotecnologia.

Esse aumento da produtividade, acentuado nos últimos quarenta anos, foi o responsável pelo novo posicionamento do Brasil no cenário global; saindo de 1,3 tonelada/hectare para 4,1 toneladas/hectare.

Trata-se de um setor que cresce em um cenário de desafios de obtenção de crédito para financiamento das atividades pelos produtores rurais e um sistema regulatório rígido, mas cuja dinamicidade foi capaz de superar obstáculos e criar instrumentos propulsores de seu crescimento.

Nesse cenário, variadas questões jurídicas de interesse público e privado, complexas na maioria das vezes, surgiram na cadeia do agronegócio - temas contratuais, regulatórios, ambientais, trabalhistas, de saúde e de comércio internacional - uma diversidade de matérias, que, pela sua importância, passaram a ocupar espaço significativo na agenda dos nossos tribunais.

Auxiliar a sociedade, os agentes econômicos e os operadores do direito a compreender e lidar com essas questões é um papel significativo a ser desempenhado pela academia, não de forma puramente técnico-acadêmica, mas sim de maneira equilibrada entre a teoria e a prática, propiciando aos interessados visão holística na compreensão do tema, de modo a permitir um aprendizado completo, em toda a sua inteireza, das questões que envolvem a cadeia do agronegócio.

Imbuídos dessa preocupação, o CEDES, colabora nessa jornada, projetando e oferecendo um curso de especialização dedicado aos temas da área de direito, ciências e economia relacionados ao agronegócio: Curso de especialização em aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agronegócio. Cria-se assim, oportu-

nidade ímpar para profissionais desejosos de aprofundar seus conhecimentos na cadeia do agronegócio.

Coordenado pelos professores João Grandino Rodas, Viviane Kunisawa e Rinaldo Zangirolami, profissionais com mais de uma década de atuação no tema e contando com o corpo docente do CEDES, o curso oferece abordagem sistematizada dos aspectos jurídicos, técnicos e econômicos desse setor vital para a economia brasileira, cujas grandes linhas programáticas são as seguintes:

Visão geral do agronegócio brasileiro e sua inserção no contexto internacional.

Direito agrário: contratos agrários e temas relacionados ao imóvel rural e relações de trabalho no campo.

Propriedade intelectual na cadeia do agro.

Temas regulatórios e questões fitossanitárias e defesa animal.

Direito ambiental aplicado ao agronegócio.

Tributação e Finanças.

O conhecimento será transmitido: (i) por meio de aulas presenciais; (ii) ciclo de palestras com professores especializados e convidados da área; e (iii) visitas técnicas, em uma jornada acadêmico-prática de aprendizado e aprimoramento.

Para aprofundar as pesquisas na área, instituiu-se junto ao CEDES, também, um Grupo de Estudos de Agronegócio, já em funcionamento, focado no estudo e debate dos temas em tela; possibilitando, consequentemente, sua melhor compreensão, conhecimento e solução.

O necessário é entender os desafios hoje enfrentados e formar adequadamente os profissionais, en-

Continuação: Aspectos Jurídico-Técnico-Econômicos do agronegócio

carregados das questões atuais e futuras do agronegócio brasileiro, ao longo de toda cadeia produtiva, quer na iniciativa privada, quer na esfera pública.

Que Ceres, de seu templo do Monte Aventino, em Roma, coadjuvada por suas doze deusas menores, nos seja propícia!

João Grandino Rodas Desembargador federal aposentado do TRF da 3ª região. Mestre em Direito pela

Harvard University. Presidente do CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social. Sócio do escritório Grandino Rodas Advogados. Grandino Rodas Advogados Rinaldo Zangirolami Advogado. Bacharel em Direito (FDUSP). Pós-graduado em Direito Empresarial (PUC-SP). Mestre em Direito (CEDES). Diretor e Vice Presidente Jurídico de grandes empresas, durante 25 anos.



## Juiz anula marca Xantyplus por semelhança com Xantinon



Magistrado considerou que a semelhança poderia induzir confusão entre consumidores, afetando a originalidade e identidade do produto já existente, garantindo a proteção dos direitos da marca pioneira.

**Marca** Juiz manda anular marca Xantyplus por semelhança com Xantinon Magistrado considerou que a semelhança poderia induzir confusão entre consumidores, afetando a originalidade e identidade do produto já existente, garantindo a proteção dos direitos da marca pioneira. Da Redação quarta-feira, 30 de outubro de 2024 Atualizado às 15:13 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

O juiz Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, da 25ª vara Federal do Rio de Janeiro, acolheu o pedido da União Química Farmacêutica e declarou a nulidade do registro da marca Xantyplus, pertencente à Forhelth Nutricional, fundamentando a decisão na similaridade com a marca Xantinon.

Na ação, a União Química argumentou que o registro da marca Xantyplus pelo **INPI** induzia consumidores ao erro pela semelhança fonética e pelo uso do prefixo "xant", já protegido por sua família de marcas Xantinon.

Em defesa, a Forhelth alegou a incompetência da Jus-

tiça Federal para julgar a questão e perda de interesse processual, uma vez que havia renunciado ao registro antes da ação.

Magistrada determinou que a Forhelth interrompa o uso comercial da marca em 60 dias. (Imagem: Reprodução)

No entanto, ao analisar o caso, o juiz Eduardo André Brandão de Brito Fernandes destacou o princípio da anterioridade, ressaltando que a marca Xantinon e outras da mesma linha, registradas desde 1943, asseguram proteção contra novos registros similares no setor de medicamentos e suplementos.

Além disso, o magistrado também frisou que o uso do prefixo "xant" nas duas marcas, ambas destinadas à saúde do fígado, poderia levar os consumidores a associar Xantyplus ao portfólio da União Química. Ademais, considerou que o ato administrativo do **INPI** justificava a competência da Justiça Federal.

Assim, o magistrado declarou a nulidade do registro de Xantyplus e determinou que a Forhelth interrompa o uso comercial da marca em 60 dias, sob pena de sanções.

O escritório Denis Borges Barbosa Advogados atua no caso.

Processo: 5132196-68.2023.4.02.5101

Confira aqui a sentença.

## A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial



Enquanto a IA transforma a sociedade, surgem preocupações sobre ética, transparência e responsabilidade, reforçando a necessidade de regulamentação para prevenir abusos e desigualdades.

A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial Eduardo Koetz Enquanto a IA transforma a sociedade, surgem preocupações sobre ética, transparência e responsabilidade, reforçando a necessidade de regulamentação para prevenir abusos e desigualdades.

quarta-feira, 30 de outubro de 2024 Atualizado às 14:41 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Com o crescimento da inteligência artificial existem grandes expectativas sobre o que essas tecnologias podem alcançar, com o setor público e privado fazendo investimentos expressivos em sua pesquisa, desenvolvimento e aplicação.

No entanto, ao lado dos benefícios amplamente divulgados, surgem também novas preocupações e de-  
abpi.empauta.com

safios regulatórios: o risco de que essas ferramentas digitais sejam usadas para fins destrutivos ou que causem consequências graves e imprevistas.

Dessa forma, o avanço e a implantação da computação cognitiva estão acompanhados pela expansão de um ecossistema que envolve ideias, práticas, especialistas e organizações dedicadas a avaliar as vulnerabilidades e moldar a percepção pública sobre eles.

Embora as expectativas e preocupações influenciem o rumo e a disseminação da IA, é importante lembrar que ela já tem sido presente, transformando notavelmente a sociedade e a vida cotidiana.

O sistema inteligente não só torna certas tarefas mais rápidas e eficientes, mas também altera qualitativamente as relações sociais, práticas e instituições, muitas vezes de forma sutil e gradual.

### Os dois lados da inteligência artificial

De fato, a inteligência artificial tem sido uma aliada em áreas como saúde, educação e Administração Pública, oferecendo soluções rápidas e eficazes para problemas complexos.

No entanto, seu impacto é controverso. Por um lado, ela pode ser usada para melhorar aspectos que carecem de mais funcionalidades. Por outro, sua expansão levanta questões sobre a substituição de empregos e o surgimento de novos obstáculos éticos.

Um exemplo claro desse efeito é a substituição de dubladores. Com o avanço da IA, especialmente na geração de voz e linguagem, empresas já têm optado por usar essas ferramentas para substituir dubladores humanos, gerando debates sobre a preservação de empregos criativos.

Continuação: A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial

O setor de entretenimento, tradicionalmente focado em talentos humanos, agora enfrenta um dilema: adotar a inovação e, ao mesmo tempo, mitigar as consequências sobre os profissionais da indústria. Esse é apenas um dos muitos exemplos em que a tecnologia se mostra como uma faca de dois gumes - ao mesmo tempo que ajuda, também pode atrapalhar.

Outro risco emergente com a aplicação da computação cognitiva está relacionado à sua utilização para cometer crimes. A automação tem facilitado a execução de atividades ilícitas, como fraudes financeiras e ataques cibernéticos. Isso porque, criminosos aproveitam a capacidade dos algoritmos de IA para explorar vulnerabilidades em sistemas digitais, criando uma nova frente de desafios para as autoridades.

A sofisticação dessas ferramentas digitais em simular comportamentos humanos também levanta a questão de **falsificações** (deepfakes), que podem ser usadas para desinformação e manipulação de imagens ou vídeos. Desse modo, esse uso malicioso coloca em evidência a necessidade de uma estrutura normativa que incentive a inovação e proteja as sociedades dos efeitos negativos dessa tecnologia.

## Regulação da inteligência artificial

Em março de 2024, os países da União Europeia aprovaram a primeira lei global que impõe regras amplas para a utilização e o desenvolvimento da inteligência artificial. A iniciativa visa regular diferentes níveis de perigos associados ao seu uso, desde aplicações de baixo risco, como filtros de spam, até em setores críticos como saúde e justiça.

A legislação reflete a preocupação com a transparência, ética e segurança na evolução da IA, estabelecendo parâmetros rígidos que exigem responsabilidade por parte dos programadores e usuários dessa tecnologia.

Enquanto isso, o Brasil ainda está em uma fase ini-

cial de discussão. Embora haja boas intenções por parte de legisladores e reguladores, ainda não existe consenso sobre como abordar essa normatização. A ausência de uma estrutura jurídica precisa deixa o país vulnerável a abusos e limitações na implementação da inovação.

Em meio a esse cenário de indefinição, o ITS Rio publicou recentemente um relatório abrangente sobre o panorama legislativo da IA no Brasil. O estudo faz um mapeamento das principais iniciativas legais, políticas públicas e estratégias nacionais que tratam do tema, mostrando que, apesar de iniciativas isoladas, ainda há muito a ser feito para garantir a governança adequada do sistema inteligente no país.

Entretanto, no Brasil, a resolução 332/18, emitida pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça, é um dos primeiros esforços formais para normalizar o emprego da computação cognitiva em um setor específico: o Poder Judiciário. A resolução trata da ética, transparência e governança no desenvolvimento e uso da IA nos tribunais, buscando agilizar e tornar mais coerente o processo judicial, sem abrir mão da equidade e isonomia.

A resolução foi um progresso importante, pois definiu critérios éticos que deveriam ser seguidos pelos tribunais, incluindo a necessidade de respeitar os direitos fundamentais. Esse marco regulatório foi um passo notável para assegurar que a tecnologia seja utilizada de forma justa e equilibrada, minimizando potenciais danos de discriminação e marginalização decorrentes de preconceitos e estigmas algorítmicos.

A adoção da inteligência artificial em setores críticos como o Judiciário levanta uma série de questões éticas. Como certificar que a IA não reforce preconceitos e discriminações já existentes na sociedade? Como evitar que erros de julgamento causados por vieses computacionais prejudiquem indivíduos vulneráveis? A resolução 332/18 é uma tentativa de responder a essas questões, mas ela sozinha não basta, é necessário um ordenamento que

evite certas questões legais.

## Inteligência artificial na advocacia

Nesse sentido, a advocacia tem vivenciado transformações com a inteligência artificial, principalmente no que diz respeito à automação de tarefas rotineiras e ao aumento da eficiência dos profissionais. Isso porque é possível automatizar tarefas como pesquisa legal, redação de peças processuais e análise de contratos, liberando os advogados para lidarem com outras funções criativas. Como resultado, minimiza erros humanos, aumenta a produtividade e melhora o gerenciamento dos prazos.

No entanto, a implementação da computação cognitiva em softwares jurídicos exige alguns cuidados. Considerando, que seus códigos são treinados com um vasto número de dados, caso eles contenham vieses, o sistema pode acabar perpetuando discriminações ou preconceitos. Essa situação é particularmente preocupante no contexto normativo, onde decisões injustas podem prejudicar indivíduos e afetar direitos básicos.

Para mitigar esses riscos, é importante que seu uso seja acompanhado de rigorosas avaliações de consequências e medidas de mitigação de estigmas. Além disso, a implementação de mecanismos de controle que assegurem a imparcialidade das sentenças legais automatizadas é imprescindível para evitar falhas de julgamento que possam surgir de estereótipos inconscientes ou falhas nos dados de treinamento dos algoritmos.

Outro aspecto, é que a capacidade de entender como um sistema inteligente chegou a uma determinada conclusão ou recomendação é indispensável para garantir a confiança dos usuários, sejam eles ad-

Continuação: A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial

vogados, juízes ou partes envolvidas em um processo. No âmbito judicial, a aplicabilidade é ainda mais relevante, pois veredictos que impactam vidas e direitos devem ser claros e justificáveis.

## Adoção responsável da IA

A decisão de utilizar a inteligência artificial não deve ser impulsiva; deve ser cuidadosamente avaliada, levando em consideração seus efeitos e riscos. O seu uso consciente exige uma análise prévia, principalmente em relação às implicações éticas e legais.

Embora ainda falte diretrizes específicas sobre o tema, é essencial observar as leis existentes para evitar infrações que possam gerar consequências jurídicas. A ausência de uma regulamentação não isenta os usuários e desenvolvedores do compromisso de garantir a conformidade com as normas aplicáveis.

Além disso, os programadores de sistemas inteligentes, assim como outras ferramentas digitais, têm o dever de validar que suas ferramentas sejam transparentes. Isso significa que os algoritmos e escolhas devem ser explicáveis e compreensíveis para os usuários, permitindo que estes saibam como as sentenças foram tomadas e, caso necessário, possam contestá-las.

Essa honestidade é fundamental para promover a credibilidade na tecnologia, além de assegurar a responsabilização dos criadores de software. Quando a IA é capaz de justificar suas escolhas de forma clara, os erros de julgamento podem ser identificados e corrigidos, evitando que determinações injustas ou prejudiciais passem despercebidas. Esse processo fortalece o emprego ético da inovação, assegurando que a mesma seja uma aliada confiável e justa no seu campo de atuação.

Continuação: A essência da tecnologia e a regulação da inteligência artificial

No entanto, é possível perceber o quanto a inteligência artificial pode ser benéfica no cotidiano de muitos setores. Mas, é preciso estar preparado para lidar e equilibrar seus ganhos com os problemas que podem surgir. Enquanto não há uma lei direta, a utilização da IA dependerá principalmente da consciência em tratar a tecnologia de maneira adequada, prevenindo possíveis malefícios.

Eduardo Koetz Eduardo Koetz é advogado, só-

cio-fundador da Koetz Advocacia e CEO do software jurídico ADVBOX. Especialista em tecnologia e gestão, ele também se destaca como palestrante em eventos jurídicos.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria** | Biopirataria  
3, 9

**Direitos** Autorais  
5, 6, 11, 15

**Inovação**  
22

**Marco** regulatório | INPI  
25

**Pirataria**  
26